

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925).

Érico Silva Muniz¹
Antônio Gean Silva do Rosário²

5

RESUMO

O presente artigo debate e contextualiza a história da alimentação e do abastecimento a partir da introdução de ações relativas ao controle sanitário e regulação de posturas em espaços públicos na cidade de Bragança, no nordeste paraense, entre 1910 e 1925. O objetivo é compreender a recepção de ideias eugênicas e conhecer as influências da Belle Époque numa cidade no interior da Amazônia. As principais fontes são periódicos, documentos e leis, sobretudo os códigos de posturas editados à época, que revelam a introdução de novos hábitos na conservação, venda e consumo dos alimentos.

Palavras-chave: Belle Époque, Amazônia, Bragança (PA), História da alimentação.

LEGISLATE, SANITIZE AND PEOPLE: FOOD PRODUCTION AND REGULATION IN BRAGANTINA AMAZON (1910-1925).

ABSTRACT

This article discusses and contextualizes the history of food and supply after the introduction of actions related to sanitary control and regulation of postures in public spaces in the city of Bragança, in the northeast of Pará, between 1910 and 1925. The objective is to understand the reception of eugenic ideas and to know the influences of the Belle Époque in a city in the interior of the Amazon. The main sources are periodicals, documents and laws, especially the codes of attitudes edited at the time, which reveal the introduction of new habits in the conservation, selling and consumption of food.

Key-words: Belle Époque, Amazon, Bragança (PA), History of food.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia do Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em História (Bacharelado e Licenciatura, 2006) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com mestrado (2009) e doutorado (2014) em História pela Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz com período sanduíche na University of Toronto, Canadá (2012) e pós-doutorado em História pela UFPA (2017). Dedicase a pesquisa sobre Teoria e metodologia da História; políticas sociais em perspectiva histórica; História Social da Amazônia, História da Alimentação. Contato: ericomuniz@ufpa.br.

² Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará(UFPA) Campus Bragança. Contato: geansilvaufpa@gmail.com

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

LEGISLAR, SANEAR Y PUEBLO: PRODUCCIÓN Y REGULACIÓN DE ALIMENTOS EN LA AMAZONÍA BRAGANTINA (1910-1925).

RESUMEN

Este artículo discute y contextualiza la historia de la alimentación y el abastecimiento a partir de la introducción de acciones relacionadas con el control sanitario y la regulación de las posturas en los espacios públicos en la ciudad de Bragança, en el noreste de Pará, entre 1910 y 1925. El objetivo es comprender la recepción de ideas eugenésicas y conocer las influencias de la Belle Époque en una ciudad del interior de la Amazonía. Las principales fuentes son periódicos, documentos y leyes, especialmente los códigos de actitudes editados en la época, que revelan la introducción de nuevos hábitos en la conservación, venta y consumo de alimentos.

Palabras-clave: Belle Époque, Amazonía, Bragança (PA), Historia de la comida.

Introdução

Entre o final do século XIX e o início do século XX, período denominado pela historiografia como *Belle Époque*, ganhavam força discursos e ações públicas com o desejo de modernização e desenvolvimento tendo como base os conceitos da burguesia europeia, que estavam pautados nas novas concepções provindas de ideais iluministas. Na região amazônica, um grande comércio de látex havia se estabelecido neste período, sendo a região a maior produtora do mesmo e conseqüentemente soberana na exportação, isto transformou a economia da região e principalmente das cidades de Manaus e Belém, onde, devido aos tempos áureos pode-se promover alguns melhoramentos e obras públicas nas cidades (FERREIRA, 2017).

A reprodução de características urbanísticas de cidades europeias na Amazônia se tornava cada vez mais recorrente, o comércio da borracha com o exterior tornou mais frequente o contato com essa cultura, criando assim um intercâmbio entre os produtos da região, principalmente os traços das reformas urbanas francesas, que se faziam cada vez mais presentes. Com o passar do tempo houve a necessidade da construção de novos centros urbanos que passassem a demonstrar os avanços econômicos, sociais, principalmente da modernidade e civilização (COELHO, 2011).

Paralelamente a esse movimento, a migração para os centros urbanos crescia face a um desenvolvimento econômico que ocorria cada vez mais rapidamente. Na Primeira República, a população começava a deslocar-se para as cidades em busca de melhores condições de trabalho e de moradia, porém, o que se encontrava não era o esperado, na

maioria dos casos tinham que se aglomerar nas periferias e viver em péssimas condições de higiene, o que acabava por deixá-los expostos às endemias que grassavam à época, principalmente os ex-escravizados que não tiveram nenhum tipo de política pública que pudesse promover a transição entre a saída da condição de escravizado para a inserção no mercado de trabalho, ou seja, foram apenas deixados à margem da sociedade e tendo que viverem nos centros urbanos, o que vai constituir todo um histórico de repressão a estes e essas habitações coletivas (CHALHOUB, 1996 p. 26). O desenvolvimento nesse período era algo que se tornara uma retórica de propaganda, tendo em vista que o crescimento financeiro era divulgado de forma a incentivar mais migração de mão de obra para os centros urbanos. Tal movimento atingiu parte da população rural que, almejando melhores condições de vida marchou em direção às capitais, polos e regiões que se formavam.

Em todo país esse cenário engendrou problemas que se tornaram cada vez mais frequentes nesses locais, pois com o aumento da população urbana conseqüentemente houve o crescimento desordenado das cidades, onde mesmo sem estrutura foram se aglomerando pessoas e formando o que viria a ser chamado de cortiços, estes que foram apontados pelas autoridades como “valhacouto de desordeiros”, lugares imundos e disseminadores de diversas moléstias (CHALHOUB, 1996). Isso suscitou a intervenção do governo, pois nestes lugares era nítida a ausência de preocupação com a salubridade do local, desenvolvendo assim um ambiente propício para a proliferação de doenças, tendo isso em vista foram tomadas diversas medidas para sua prevenção, controle e o combate.

A difusão dos debates em prol das melhorias da raça e da necessidade da modernização e da construção de novos espaços modernos e salubres ganhou corpo país afora. Na Amazônia, além das capitais, cidades do interior também absorveram os ares da modernidade, importando planos de remodelação das áreas centrais, instaurando códigos e leis para controle social e de higiene, interferindo em hábitos, costumes e dinâmicas das populações. No nordeste paraense a cidade de Bragança vivenciou esse movimento, que tem seu ápice na promulgação de um Código de Posturas em 1925. Ao longo desse artigo discutiremos a recepção dessas ideias na Amazônia e mais especificamente no contexto bragantino.

1 A difusão das ideias eugênicas

Na Primeira República entrou em pauta uma questão muito importante, o início da ideia de eugenia que havia surgido e era constantemente debatida na Europa e começando a ganhar força na intelectualidade brasileira. A mesma se apresentava como um movimento científico e social que também era relacionada com questões raciais, de gênero, sexualidade, saúde e nacionalismo, ligadas às ideias de desenvolvimento e progresso definida como regeneração racial, tendo em vista que no período o racismo científico era constantemente debatido juntamente com questões como as políticas de imigração e dos estudos sobre miscigenação, os ideais da eugenia ganharam espaço e tornaram-se uma realidade como Vanderlei de Sousa (2012) nos destaca neste trecho:

Via de regra, esse contexto possibilitou a formulação de um modelo de eugenia fortemente baseado no racismo científico, cujas concepções apontavam a miscigenação racial como o grande responsável pela suposta degeneração biológica e social que estaria em curso (SOUZA, 2012, p. 2).

A ciência, enquanto produto cultural do seu tempo não passou imune às concepções eugênicas, propagando um racismo científico que buscava em sua essência comprovar a superioridade de uma raça sobre as demais por meios científicos, com isso, construir uma hierarquia racial que justificasse a discriminação e o preconceito empregados aos que eram taxados como inferiores. Portanto, percebemos que ganhava força uma noção de desenvolvimento nesse período que estava relacionada à raça e que o progresso ou o fracasso era ligado à constituição da raça ariana, pois esta estaria no topo da hierarquia e apenas ela poderia conduzir uma população ao sucesso e, no caso brasileiro, a nação ao mesmo.

Em especial as classes mais pobres eram vistas como as disseminadoras de enfermidades e faziam com que os olhares estivessem voltados para elas, crescendo o pensamento que associava pobreza a doenças. Chalhoub (1996) destacava essa postura no contexto dos espaços urbanos da região sudeste do país, porém essa perspectiva não se aplica apenas a este cenário, mas pode ser observada na maior parte do país;

E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p.29).

Essa chave explicativa da pobreza e da insalubridade era fruto de políticas de saneamento que foram implementadas com base nessas concepções europeias pautadas nos conceitos de modernidade que se desenvolviam. As mesmas tiveram um caráter tendencioso, pois, as medidas que eram implementadas tinham o objetivo de transformar o ambiente salubre apenas para uma parte da população, isso se evidencia quando se objetivava combater apenas determinadas doenças (que causavam maior interdependência social) em detrimento de outras (CHALHOUB, 1996).

Com isso, percebemos que não ocorria apenas o combate à insalubridade de habitações e vias públicas, mas também eram criadas medidas que buscavam higienizar as pessoas que ali habitavam, pois, apesar do discurso de saneamento para o bem da população, o que se percebe é que a saúde não era compreendida como um direito de todos, ou seja, almejava-se construir o desenvolvimento incluindo-as em seus planos apenas à medida que houve interdependência social. Gilberto Hochman (1998) evidencia a construção deste pensamento e as mudanças de postura que ocorreram.

Esse curto período caracterizou-se por um aumento exponencial da consciência pública da responsabilidade governamental em saúde e acelerou o processo de crescimento das atividades do Estado brasileiro, a partir da transformação das endemias rurais em um problema político que afetava o conjunto da sociedade brasileira (HOCHMAN, 1998).

Isto nos mostra as modificações que se sucederam, pois, o nítido descaso com aqueles que estavam à margem da sociedade como também o ambiente em que se encontravam inseridos gradativamente foi tornando-se uma eminente preocupação e conseqüentemente decorreram medidas para que houvesse o auxílio a estes.

Os padrões de ações tomadas pelo governo perante a determinadas classes evidencia toda essa narrativa, um grande exemplo disso foi o “decepamento do cabeça de porco” em 26 de janeiro de 1893, este que era um grande cortiço na cidade do Rio de Janeiro habitado em sua maioria por negros, e que foi visto como um enorme problema social a ser combatido pelas autoridades (CHALHOUB, 1996. p. 15).

Tudo isso mostra a parcialidade de tais medidas, que também disputava territórios que havia se revalorizado nos centros urbanos, tendo sido despejadas centenas de pessoas que não só perderam suas moradias como também a maioria dos bens materiais que ali estavam, tendo em vista que nem a retirada dos mesmos foi lhe concedido fazer, assim se desenha um

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

padrão agressivo a um determinado alvo em detrimento de outros (CHALHOUB, 1996. p. 17).

Essa medida demonstra um pouco da dinâmica da operação das ideias eugênicas no Brasil. É necessário ressaltar que na América Latina a eugenia esteve menos associada ao caráter biológico do que na Europa, ao invés disso se pautou prioritariamente por aspectos sociais. Diferente do que ocorria em países como os Estados Unidos que buscava estabelecer medidas drásticas como a segregação, e até mesmo a esterilização da população vista como inferior, ao invés disso ela foi vista como um modo mais preventivo (SOUZA, 2012, p. 2).

O *modus operandi* da ideologia eugenista foi posto em pauta no contexto do fim do sistema escravista, tendo em vista a grande quantidade de negros inserida na sociedade, como também à significativa parcela de mestiços e indígenas que a compunham e que estavam em um quadro de miséria e desigualdades sociais, onde, com base nestes aspectos o país passou a ser apontado por intelectuais estrangeiros e das elites brasileiras como condenado ao atraso devido sua inferioridade racial e sua incivilidade (SOUZA, 2012, p. 4).

É necessário, portanto, destacar que a presença negra na sociedade era vista pelo movimento eugênico como algo negativo, qualquer que fosse a relação ancestral com os africanos apontava-se como demérito. Nesse movimento é que a introdução de mão de obra imigrante de origem europeia após o fim do regime escravista no Brasil pode ser compreendida como iniciativa para embranquecer a população que era em grande quantidade ex-escravizados e afrodescendentes (ROUSSEAU, REESE, 2009).

Uma das medidas que buscavam mudar a situação do país eram as políticas de migração que foram estabelecidas, almejando a substituição da mão de obra negra que era vista de maneira negativa, por uma de origem europeia que seria bem qualificada e que proporcionaria o desenvolvimento necessário, é claro que todo esse discurso tinha o intuito de mascarar o racismo estrutural e o preconceito exacerbadamente disseminado pelos governantes.

Os planos de migração surgiram para tentar sanar o “problema de raça”, na crença que os imigrantes provindos da Europa trariam a purificação aos selvagens (afrodescendentes, indígenas, população mestiça), ou seja, foi utilizado o discurso da homogeneização racial para a construção de uma sociedade nos moldes europeus que seria apontada como civilizada. Mesmo com a miscigenação que era vista anteriormente como a solução para o problema racial, esse quadro estava cada vez pior, onde o povo brasileiro era compreendido

por parte do pensamento social como preguiçoso, incapaz e degenerado. A saída encontrada para tentar mudar esse panorama foi tomar medidas estabelecidas pelos eugenistas buscando a “purificação” da população.

Nesse contexto surgem várias análises mais críticas do território brasileiro, constando que o grande “mal” da nação não eram os negros, indígenas e mestiços, mas a grande quantidade de moléstias, a falta da educação, precária alimentação, ou seja, percebeu-se que a população estava desamparada.

O discurso do médico Miguel Pereira (1922, p. 7) nos aponta esta situação:

Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembrados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira...” (apud HOCHMAN, 1998).

Com isso, o movimento sanitarista surgiu no cenário nacional trazendo a perspectiva de que era responsabilidade do poder público tornar o ambiente o mais saudável possível para a população, porém haviam diversos problemas para efetuar o discurso, pois, a maioria dos estados não detinha recursos suficientes para promover as mudanças físicas, não havia o material necessário, concomitantemente, não existiam pessoas preparadas para promover modificações dessa magnitude.

Contudo, destaca-se a mudança de mentalidade das elites, tendo em vista que a partir dessas questões é que se constituiria uma consciência sanitária. Gilberto Hochman (1998) destaca o processo gradativo que foi promovido: “O movimento sanitarista deve ser tratado como a expressão pri-vilegiada de uma lenta, porém crescente, identificação pela sociedade brasileira dos seus graves problemas sanitários desde o início da República” (HOCHMAN, 1998, p. 218).

A eugenia esteve sempre ligada ao movimento sanitarista devido à corrente de pensamento neolamarckista que se pautava na transmissão dos caracteres adquiridos para explicar a situação da sociedade, onde, devido as precárias condições de higiene, moléstias, alcoolismo, tabagismo entre outros aspectos que tornavam a população improdutiva, que acabavam por tornar hereditários esses vícios, fazendo com que sua prole já estivesse predisposta a delinquência, criminalidade, doenças e a loucura (SOUZA, 2012, p. 9).

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

Desta forma acreditava-se que ao conseguir combater esse ambiente insalubre seria possível diminuir as moléstias, combatendo os vícios conseguiriam fazer com que as futuras gerações se tornassem mais produtivas. É importante ressaltar que tudo isso ocorre devido a uma nova postura mundial de buscar o desenvolvimento que envolve diversos fatores sejam eles sociais, políticos e/ou culturais e que acabou por sustentar a ideologia eugênica.

A situação começava a mudar e o que antes era atribuído ao determinismo racial e climático agora era pensado e problematizado pelos higienistas de forma que se concluiu que o problema era, na verdade as condições sanitárias em que se encontravam as pessoas, dessa forma a única maneira de torná-los produtivos seria com políticas de saúde que pudessem combater esse ambiente insalubre que gerava as doenças que assolavam a população (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Somente em 1910 com o aval da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), baseada na então capital federal, que se começava a colocar em questão a saúde como ponto principal a ser resolvido. Somente em 1920 deu-se início a nacionalização das políticas de saúde e saneamento, o que foi na realidade visto como um grande avanço, pois, agora apresentava-se a ideia de que a partir da reestruturação, reeducação, higiene e saneamento era possível recuperar a população e assim promover o desenvolvimento (HOCHMAN,1998), além disso, foi onde formou uma estrutura que seria desenvolvida nos anos seguintes (LIMA; HOCHMAN 1996, p. 26).

Neste contexto surgiu a ideologia de um conjunto de princípios que seriam tomadas como base para combater os problemas de saúde pública, a mesma estava pautada no aperfeiçoamento da moral e do ambiente visando assim lidar com as dificuldades em relação à higiene dos locais, ficando a cargo dos governantes buscar o melhor caminho para se alcançar o objetivo, só assim poderiam chegar à prosperidade a exemplos dos países mais desenvolvidos. (CHALHOUB, 1996).

Na região amazônica isso ocorreu posteriormente com algumas diferenças, anteriormente não havia essa preocupação, porém ocorreu algo que intensificou a migração, não necessariamente para os seus maiores centros urbanos. O inicialmente citado *boom* da borracha foi determinante para o aumento da população, com um mercado favorável à venda do látex, diversos foram os que se aventuraram em busca de enriquecimento com o mesmo, promovendo uma marcha em direção a Amazônia.

2 Modernização e interiorização das ações públicas na Amazônia

O grande crescimento econômico vivenciado na cidade de Belém em virtude do *boom* gomífero acarretou na escassez de produtos agrícolas em Belém, pois a agricultura foi sendo gradativamente substituída pela retirada da seringa, gerando assim a necessidade de suprir o déficit da capital, nesse sentido foi pensado em utilizar o potencial agrícola da região bragantina.

Localizada no nordeste paraense, a cidade de Bragança foi fundada ao lado direito das margens do rio caeté, porém devido à grande dificuldade de comunicação com Belém a mesma acabou por ser transferida para a outra margem do rio. Bragança é uma das cidades mais importantes da zona bragantina, sua localização geográfica privilegiada é um dos seus principais destaques, tendo em vista que à mesma lhe proporciona relações tanto no âmbito regional quanto com o estado do Maranhão, além disso, seu crescente comércio e potencial agrícola são fatores muito significativos para sua valorização (SILVA, 2006).

É necessário ressaltar que a região se destacava em sua grande produção, produtos como a farinha de mandioca e o pescado eram a base do comércio, seu caráter produtor obteve um certo reconhecimento perante as políticas do estado que frente ao desabastecimento de sua capital, procurou desenvolver formas para que esta proveesse suas carências, visto que, ela sempre foi apontada como o “celeiro da capital”, desta forma, incentivos foram criados para promover o seu desenvolvimento.

A capital do estado tinha na época grande dificuldade de cultivar produtos essenciais para o consumo da população, dessa forma, não sendo possível obter produção suficiente para o consumo interno fazendo com que se tornasse necessária à sua importação. Ao fim do século XIX houve um intenso debate acerca das relações de trabalho, da propriedade e do uso da terra, pois, a crise no sistema escravista suscitava que fossem tomadas novas medidas para garantir o abastecimento da província (MUNIZ; PEREIRA, 2020, p 55). O grande desafio estava em conseguir substituir a mão de obra que era essencialmente de escravizados por algo que atendesse as novas políticas mundiais. Seguindo a linha que havia sido implementada em outras províncias se constituiu as políticas de imigração.

O plano de colonização não somente visava a integração de estrangeiros, como também era almejado instituir o povo brasileiro em situação de vulnerabilidade, pois, aliando os problemas decorridos da seca no Nordeste e a escassez de alimentos foi possível construir políticas que fomentassem a participação da população de outras províncias, dessa forma, se

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

mostrando fatores primordiais para a formulação dos projetos para colonizar a vasta região considerada desabitada ao longo do trajeto entre Bragança e a capital (MUNIZ; PEREIRA, 2020, p. 56).

Dessa forma, se constituiu diversas pautas visando tornar os planos uma realidade passível a auferir os problemas de abastecimento da província. Dentre estas ganha destaque a de construção da linha férrea Belém-Bragança, pois a mesma materializaria as políticas de colonização e desenvolvimento para região. Diversos estudos foram feitos visando analisar o seu território em busca de benefícios para o estado, a exemplo disto temos o “Boletim do Instituto Agrônomo do Norte” (SIOLI, 1960);

A Leste da cidade de Belém Pará, estende-se a chamada "zona Bragantina" ou "região da estrada de ferro de Bragança" que ao norte e a oeste, começa na Costa do Oceano Atlântico e do Rio Pará, respectivamente, a leste alcança até além da cidade de Bragança, e ao sul é geralmente limitada pelo rio Guamá (ver mapa N.1).

Trata-se, nesta região, de uma das poucas e, ao longe, da maior zona da Amazônia, que é colonizada na base da agricultura. O seu desbravamento foi iniciado a mais ou menos 80 anos. A construção da linha férrea a Belém- Bragança, começou em 1883, porém foi terminada somente em 1908. Esperava-se que pela existência de uma estrada de ferro, uma área de mais ou menos 20 a 30 mil quilômetros quadrados, podia ser, com o tempo, colonizada, transformada em plantações e, com isso, utilizada para o bem do Estado do Pará (SIOLI, 1960, p.5).

Entretanto, a grande distância entre esta região e a capital do estado foi um enorme obstáculo, diversas eram as produções que acabavam por serem perdidas, pois, não havia como levá-las até seu destino, sendo que por terra não seria possível devido à mata fechada impossibilitar, e o transporte por meio dos rios não ser de fácil acesso, o que acabava por minar o entusiasmo dos produtores.

Essa necessidade de estabelecer um melhor escoamento fomentou a construção da Estrada de Ferro de Bragança, pois seria um meio moderno regular e muito significativo. A construção da primeira ferrovia da Amazônia ocorreu entre 1883 e 1908 em meio aos tempos de grandes investimentos no norte do país, seu financiamento somente foi possível com os recursos provindos do comércio do látex, tinha como principais objetivos promover o escoamento e desenvolvimento da produção da região bragantina (que já era apontada como extremamente significativa), e também promover uma melhor comunicação com a capital da província do Maranhão (FERREIRA, 2017, p. 15).

A mesma proporcionou à região um forte impulso econômico e o surgimento de novos polos agrícolas e comerciais, porém sua construção enfrentou diversos problemas, o principal deles foi a derrubada da floresta e a correção do terreno extremamente irregular. Apenas no dia 3 abril de 1908 houve sua inauguração, sua extensão chegou a alcançar cerca de 294 km (sem levar em consideração os ramais construídos posteriormente) que fora denominada como linha tronco, que iniciava na estação de São Brás, na cidade de Belém, e passava por territórios atualmente pertencente a municípios como Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé Açu, Nova Timboteua, Capanema e Tracuateua até chegar à Bragança (FERREIRA, 2017, p. 16).

Para sua construção era essencial uma grande mão de obra que primeiramente decorria de estrangeiros e nordestinos que fugiam da seca dos sertões (TAVARES et al, 2017). Porém, essa imigração não trouxe resultados significativos, pelos diversos obstáculos encontrados no decorrer da colonização, tais como; técnicas de agricultura pouco eficientes, pelo solo que foi apontado como pouco produtivo, desorganização, má gestão, difícil adaptação ao clima e as doenças (WESLEY, apud TAVARES et al, 2017).

Em 9 de setembro de 1873 foi autorizada a Lei n. 779 permitindo o financiamento para a construção da estrada férrea, em complementação à mesma sancionaram a Lei n° 809, em 6 de abril do ano seguinte, com o objetivo de não somente promover a construção como também era almejado estabelecer cerca de 10 mil famílias ao longo do trajeto entre a capital e Bragança de forma a incentivar a povoação da região e desenvolver a produção visando o abastecimento da província (FERREIRA, 2017).

A exemplo disto temos notícia publicada no Jornal “O Cidadão”, do Estado do Pará, que no dia 20 de março de 1890 destinou uma coluna para falar sobre a necessidade do prolongamento da ferrovia e todos os benefícios que isso traria para a região, colocando-a em lugar de destaque, estampando a edição daquela semana.

E assumpto que prende a attenção de todos que desejavam ver o engrandecimento do litoral e portanto o do estado.

Vozes autorizadas têm se erguido na capital a favor da Estrada, e todas reclamam o seu prolongamento até esta cidade.

Quem ha ahi que não sinta profundo reconhecimento para com aquelles que com generoso empenho advogam os interesses de Bragança?

E por isso que entendemos não haver impertinencia em cumprir o dever de tratar continuamente deste melhoramento, assim como transcrever o juizo da imprensa.

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

Se ha alguns que, levados por um deploravel pessimismo ou por informações poucos sinceras, desdenham das vantagens a esperar da Estrada; muitos ha que, fundados no perfeito conhecimento que tem da região do salgado, a consideram de um grande futuro para esta região especialmente para o municipio de Bragança...

E' justo que o Pará complete sua via-ferrea, mormente achando-se em condições tão favoráveis para faze-o,-abundancia de trabalhadores e mão de obra barata, além da de colonizar, aproveitando terrenos productivos até agora desprezados.³

Pode-se perceber que o discurso sobre o potencial agrícola e as vantagens que poderiam decorrer da construção da linha férrea não estava somente em pauta nas políticas públicas e nos discursos dos intelectuais, mas estava também nos meios de comunicação da época e que gradativamente ganhavam espaço.

Nota-se que a estrada de ferro proporcionou um impulso no desenvolvimento socioeconômico de toda região, ademais, promoveu o surgimento de novas localidades e transformação de várias outras, assim como buscou instaurar aspectos de uma cultura de tradição europeia em sua volta com um ar de modernidade, moldando a cultura da região em uma construção de novos sentidos e práticas sociais (RODRIGUES, 2017).

As mudanças no processo de urbanização foram também significativas, tendo em vista que anteriormente a formação dos núcleos populacionais ocorria em sua maioria ao redor dos rios, pois facilitavam o escoamento da produção e a comunicação com outras regiões, devido à inexistência de um significativo transporte terrestre (TAVARES et al, 2017). Porém, a partir da construção da estrada de ferro de Bragança foram possíveis transformações nos espaços urbanos das cidades, pois tornou-se necessário promover mudanças que refletissem os tempos áureos que se estabeleciam, isso se evidenciaria com a construções das fachadas dos casarões (SILVA, 2006 p. 18). Pode-se perceber que o processo de colonização do Pará, em especial da região bragantina foi extremamente acentuado com a sua construção, tendo em vista a região chegou a corresponder a um terço da população de todo o estado do Pará (RODRIGUES, 2017).

Entretanto, ocorreram diversos problemas não longo desse processo de interiorização, notadamente o crescente número de pessoas que agora compunham aquelas sociedades. O forte crescimento populacional ocorreu em um breve espaço de tempo, acarretando

³ Jornal O Cidadão. 20 de março de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=820938&PagFis=4>>. Acesso em: 12 de Maio de 2022

obstáculos para a organização dos serviços das cidades, especialmente para a saúde pública. À época as doenças tropicais assolavam os diversos imigrantes que chegavam à região e não somente estes, mas também ficavam sem o adequado atendimento a população que mesmo antes já enfrentava esses problemas.

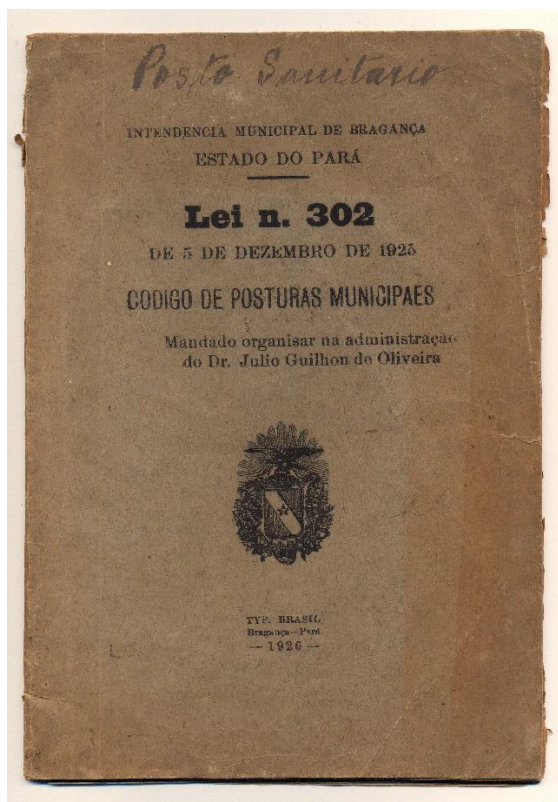
Dessa forma, diversos intelectuais já apontavam inúmeros problemas na região amazônica, nas zonas tropicais e especificamente no vale amazônico, tendo grandes dificuldades para seu desenvolvimento. Com o predomínio de doenças nestes ambientes, as enfermidades tendem a se propagar pela população de forma problemática, tendo em vista que as condições de vida nestas regiões eram consideradas pelos sanitaristas bastante precárias.

3 O Código de Postura de Bragança

Na região bragantina, diversas foram as tentativas de combater o alastramento de enfermidades, desde propostas de construção de leprosários, criação de um posto sanitário até a promulgação de um código de posturas que promovesse a regulamentação das medidas contra as doenças. Procurou-se estabelecer normas que teriam a função de colocar em prática as técnicas desenvolvidas para assim ter um controle sobre a população e com isso prevenir o desenvolvimento e a propagação de doenças.

Criado em 5 dezembro de 1925 pela Intendência Municipal de Bragança, o Código de Posturas teve o intuito de regular a conduta de comportamento da população. Dessa maneira, estabeleceu novo regramento para a forma como eram vendidos os alimentos; restringiu a circulação de pessoas acometidas por doenças, assim como os serviços prestados a estas pessoas (MUNIZ; LINHARES, 2019).

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)



18

Imagem 1: O Código de Posturas de Bragança. Intendência Municipal de Bragança. **Código de Posturas Municipaes.** Bragança: Typ. Brazil., 1926.

O Código de posturas dispõe basicamente de regras que visavam regulamentar o cotidiano das pessoas de uma cidade, de forma que pudessem ter a melhor conduta possível baseada na concepção de “bons costumes”. Ou seja, aquilo que era concebido como o certo a se fazer por um cidadão de “boa índole”, visando o convívio pacífico. Também havia em sua essência o objetivo de organizar todo o ambiente urbano e rural da cidade, para assim ter um maior controle sobre questões de saúde pública e impedir o alastramento de doenças e epidemias.

Dessa forma, o mesmo tinha uma série de regras para que fosse mantida a higienização da cidade e de seus estabelecimentos comerciais, principalmente aqueles que fossem de consumo massivo, visando assim a prevenção. Essa é uma das principais características do Código de Posturas, que possui uma série de condutas a serem tomadas para que não haja qualquer problema que possa colocar a segurança das pessoas em risco.

Cabe mencionar que entre os produtos do “celeiro”, destaca-se a farinha de mandioca, sendo o principal produto de exportação do município, por sua boa qualidade a farinha bragantina sempre teve grande reconhecimento no Estado se tornando imprescindível para a

economia do município, influenciando até na construção do próprio Código de Posturas Municipal.

A grande produção agrícola influenciou diretamente em vários tópicos do novo regulamentado editado, onde, se tem nove itens diretamente relacionados à alimentação, onde é possível perceber uma grande preocupação em regular todos os processos desde o lugar onde será produzido até o consumidor. Visando melhorar a produção, foram criadas várias regras e condutas para que o produto destinado ao mercado interno e à exportação tivesse o melhor tratamento possível.

A exemplo disto temos o artigo 120 que impõe condutas sanitárias visando a higiene e controle de alimentos vendidos à população:

Art.120- É proibido:

a) Expôr á venda liquidos e generos alimenticios que estejam deteriorados;

b)Vender generos alimenticios falsificados por qualquer fôrma ou processo, ainda mesmo que essa falsificação não seja prejudicial á saúde. Vender agua, garapa, leite ou qualquer liquidos, destinados a serem ingeridos pela população, em vasilhas não perfeitamente limpas ou que sejam de metal, cuja oxidação prejudique a saúde.⁴

Com isso, percebe-se a grande preocupação com a higienização dos alimentos, pois como citado anteriormente, o cuidado com a saúde pública era fundamental para o controle de enfermidades que assolavam todo o país. Ao longo do Código vemos isso refletido em alguns tópicos e especificamente no título “Saúde Pública” em que irá regulamentar com grande foco os produtos agrícolas estabelecendo um padrão para produção, armazenamento, local para sua comercialização, venda, manejo com os produtos e qualquer tipo de adulteração.

Nesse sentido temos várias páginas que buscam versar sobre um padrão na produção de alimentos no município, estipulando pesos e medidas para assim homogeneizar os produtos vendidos na cidade, visando fiscalizar os instrumentos utilizados para pear os produtos. As pequenas regiões próximas ao município também passavam a ser reguladas afim de priorizar o mercado interno. Podemos perceber esse esforço de ordenamento do espaço urbano no trecho do artigo 149 que diz que “aqueles que chegarem à cidade com

⁴ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. **Códigos de posturas municipaes**. Bragança/Pará: Typ, Brasil,1926.

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

carregamento de pescado fresco ou farinha, fructas e mais gêneros alimentícios, deverão dirigir-se ao mercado e expol-os a venda...”, garantindo assim o abastecimento de recursos agrícolas na cidade.

Podemos perceber a importância das regiões vizinhas na produção agrícola da cidade, pois, elas foram muito importantes para a economia bragantina trazendo uma grande diversidade de produtos. A farinha, que era trazida em grande quantidade para a cidade, ganhou características específicas no código, pois criaram regras únicas para esse produto e sua comercialização, a exemplo disso temos o artigo 208, que define que “cada paneiro de farinha deve pesar quinze (15) kilos”.

É necessário compreender que o Código de Posturas Municipal além de seu caráter de regulamentação, pois também atende às novas realidades encontradas na região que eram fruto da expansão do espaço urbano, de mais recursos investidos e da expansão comercial (principalmente voltada para exportação), também atendendo à nova formulação de tributos a serem pagos. A estrada de ferro de Bragança redefiniu os parâmetros econômicos, construindo assim a necessidade de promover uma reformulação das questões referentes aos impostos, tendo em vista o grande aumento do fluxo de produtos. Podemos perceber esta preocupação a partir do Capítulo V do Código que é denominado “exportação” que estabelece novas posturas em relação ao comércio, como podemos perceber nos artigos 97 e 98:

Art. 97- Todo o exportador de gado ou generos que se furtar ao pagamento dos respectivos impostos, ou diminuir a quantidade exportada, com o fim de lesar o municipio, pagará, além dos impostos em dobro, a multa de 50\$000 (cincoenta mil reis).

Art. 98- Sem prévio aviso ao fiscal municipal de serviço, ninguém poderá fazer, exportação de generos ou gado do municipio.

Pena: Multa de 50\$000 (cincoenta mil reis).

Art. 99- O exportador de madeira para fora do Estado fica obrigado a fazer, na thesouraria municipal, antes de iniciado o embarque, e verificação, um deposito em dinheiro equivalente aos impostos municipaes a pagar, sem o que nao lhe será permittido realizar o embarque dos referidos productos.⁵

Aderindo às medidas higiênicas que se tornavam cada vez mais presentes nos debates sobre as políticas de saneamento na região, o mesmo foi construído impondo regras de

⁵ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. *Códigos de posturas municipaes*. Bragança/Pará: Typ, Brazil., 1926.

manuseio, tratamento e comercialização de alimentos visando atender às novas concepções de modernidade que suscitavam uma postura do poder público visando enfrentar os problemas de saúde que grassavam a população.

Assim como a farinha, outros produtos se destacaram na construção do código, entre eles estão o leite e a carne bovina, tendo em vista a quantidade de regulamentos que envolvem desde sua produção até seu comércio. Havia principalmente uma preocupação com a higiene na manipulação desses alimentos, a carne teve um olhar mais específico pelo seu grande consumo e também por ser um produto que requer vários cuidados na manipulação e venda.

Em virtude disso, criou-se uma série de medidas afim de controlar sua comercialização a exemplo da capital que já havia implementado seu Código de Posturas, como podemos perceber nesta multa aplicada em virtude de infração do código 40 do mesmo que visava a não comercialização de carnes derivadas de animais doentes;

O Sr. fiscal Antonio Joaquim de Vilhena multou, hontem, á Antonio Monteiro dos Santos, talhador de carne no Reducto, em 30\$000rs; aos commerciantes Silva Santos & C^a, na travessa marquez de pombal, por infração do art. 40 do cod. de posturas; e o encarregado da limpeza da cidade em 10\$000rs, por empregar no serviço um animal doente. ⁶

Percebe-se a busca por adequar-se as tendencias mundiais de saúde promovendo a regulamentação de diversas medidas, além disto, a utilização dos meios de comunicação para a divulgação das multas de forma a contribuir para a promoção do cumprimento das leis, tendo em vista o seu grande público.

Na cidade de Bragança tais medidas se configuraram em artigos como o 141 e 143 que constituíam não somente a regulamentação como também a sua manutenção por meio da introdução de fiscais que estariam incumbidos de garantir que as medidas fossem realmente cumpridas.

Art. 141-- Os magarefes, talhadores e mais pessoas empregados no matadouro ficam sujeitos á inspecção médica annual e á matricula especial na Intendencia.

Pena: Multa de 30\$000 (trinta mil reis).

⁶ **Diário de Notícias.** 24 de agosto de 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=820938&PagFis=4>>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

Art.143-- As carnes, peixes e outros generos que pelo seu aspecto e cheiro, indiquem princípio de corrupção, serão apprehendidos e mandados immediatamente inutilizar pelo administrador do mercado ou pelos fiscaes municipaes, incorrendo estes em responsabilidades pela omissão ou negligencia e o proprietário do genero na multa de 50\$000 (cincoenta mil reis)⁷

Destaca-se também uma grande preocupação na construção do mesmo com as doenças, pois, como foi desenvolvido ao longo deste trabalho, as enfermidades foram apontadas pelas novas concepções acerca dos problemas do país como sendo ponto crucial combate-las. Para isso se fazia necessário promover políticas de saneamentos dos locais, isso se constituiu no Capítulo VI denominado “Molestias contagios e loucos”.

22

Art. 168- É prohibido ás pessoas que soffreram de elephantiasis, lepra ou morphéa ou de qualquer molestia contagiosa, andar pelas ruas da cidade, das villas e povoados, bem como exercer qualquer commercio ou industria.

Pena:Multa de 50\$000 (cincoenta mil reis) e remoção para o isolamento ou hospital competente.

Art. 169- Quem tiver em casa pessoas atacadas dessas molestias é obrigada a conserva-las em rigoroso isolamento e com as cautelas aconselhadas pelas sciencia ou recolhe-las aos hospitaes respectivos.

Pena: Multa de 50\$000 (cincoenta mil reis)⁸.

Nos artigos 168 e 169 ficava regulamentada a circulação pessoas acometidas com enfermidades contagiosas de forma a retirá-las do convívio do restante da população, porém isso acabou por trazer questões complexas como o isolamento daqueles enfermos.

Considerações finais

Diversos foram os processos que engendraram o desenvolvimento histórico da região amazônica. No contexto paraense e especificamente da região bragantina vemos o seu desenrolar, que vai desde o período áureo da borracha até o enfretamento aos problemas sanitários da cidade no fim da Primeira República. Além disso, entender o processo de idealização da Estrada de Ferro que ligou Bragança à capital como provindo de políticas que

⁷ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. *Códigos de posturas municipaes*. Bragança/Pará: Typ, Brasil,1926.

⁸ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. *Códigos de posturas municipaes*. Bragança/Pará: Typ, Brasil,1926.

visavam colonizar a região a fim de obter recursos naturais e agrícolas, como também os benefícios e consequências de sua construção.

Compreender estes documentos como fontes históricas, de dados e características peculiares da época que revelam um pouco do cotidiano daqueles que trabalhavam com gêneros alimentícios no determinado período. Isso revela traços importantes da História e nos proporciona o entendimento de características de produção e abastecimento de alimentos que ocorreram, assim como as medidas tomadas pelo município para se adequar às novas normas sanitárias em voga.

Também foi possível analisar as políticas públicas não somente como forma de estabelecer medidas para controle e prevenção de doenças, mas como forma de regular o cotidiano das pessoas. Além disso, se faz necessária uma análise sobre como os discursos políticos das elites, os ideais disseminados pelos eugenistas e sanitaristas aliaram-se ao movimento de expansão urbana, trançando relações que nos mostram como foram construídas as reformas que ocorriam e acabavam por privilegiar determinada parcela da sociedade e em detrimento disto, excluía uma outra (SOUSA 2012, p 20).

Não somente isto, mas também como se instauraram tais modificações na sociedade, tendo em vista as transformações dos espaços urbanos, do comércio e da agricultura. Dessa forma, estabeleceu-se um novo cenário construído a partir do desenvolvimento da região com criação da estrada de ferro de Bragança que proporcionou uma maior valorização dos seus produtos da roça propiciando o surgimento de uma elite que reconfigurou para da cultura, da arquitetura, das relações sociais e sua produção (SOUSA, 2006).

Também nesse sentido pode-se compreender que o processo ocorrido era dotado de parcialidade, onde a população que estava nitidamente abandonada pelo poder público apenas passou a ter atenção à medida que foi se instaurando a consciência da interdependência social, tendo em vista que apenas após o reconhecimento de que os problemas que grassavam as pessoas que continham menos recursos também acabava por trazer graves consequências para as elites. Não somente no contexto nacional, mas também podemos perceber tais processos na região bragantina, tendo em vista que na região apenas foi idealizada a construção de um melhor meio de acesso entre as cidades de Bragança e Belém devido à escassez de produtos agrícolas que acometia a capital, onde acabavam por fomentar apenas a produção que visava a exportação.

Neste sentido, a produção e a distribuição de alimentos também revelam traços sobre o passado das sociedades. Percebe-se através destes documentos o intuito de adequar-se às

LEGISLAR, HIGIENIZAR E POVOAR: PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA (1910-1925)

perspectivas internacionais que estabeleciam normas e padrões para promover o bem-estar social com base nas novas medidas higiênicas.

Referências bibliográficas:

COELHO, Geraldo Mártires. **Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. Escritos V**, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras**, 2018.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Elsevier Brasil, 2017.

FERREIRA, Rafael Caldeira. A Antiga Estrada de Ferro de Bragança: Inventário do Patrimônio Ferroviário. **In: Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos/ (Org.) Giovanni Blanco Sarquis**.- Belém: IPHAN, 2017.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 217-235, 1998.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. **Códigos de posturas municipais**. Bragança/Pará: Typ, Brasil, 1926.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 313-332, 2000.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. **Raça, ciência e sociedade**, v. 1, p. 23-40, 1996.

MUNIZ, Érico Silva; LINHARES, Patrícia Oliveira. Sobre Óleos, Sabonetes e Asilos: História do Combate à Lepra em Bragança (PA) no Início do Século XX. **VEREDAS-Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 2, n. 3, p. 77-96, 2019.

MUNIZ, Érico Silva; PEREIRA, Khelmeson Stelly Farias. **POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA: A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS AGRÍCOLAS NA ZONA BRAGANTINA (1870-**

RODRIGUES, Dário Benedito. Ao apito do trem: uma história da extinta Estrada de Ferro de Bragança. **Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos/(Org.) Giovanni Blanco Sarquis**.-Belém: IPHAN, 2017.

ROUSSEAU, Nicole; REESE, La Tanya L. “Branqueando uma nação para civilizá-la: fragmentando o mito da raça no Brasil”. In VIEIRA, Vinícios Rodrigues; JOHNSON, Jacquelyn (editores), **Retratos e espelhos: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos**, São Paulo: FEA/USP, 2009

SILVA, Dario Benedito Rodrigues Nonato da et al. **Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX**. 2006.

SIOLI, H. **Pesquisas limnológicas na região da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará, Brasil**. Instituto Agrônomo do Norte, n. 37,1960, Belém- PA.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Anais Suplementar do XXIII Simpósio Nacional de História**, 2005.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, n. 3, p. 763-777, 2009.

TAVARES, Maria Goretti, et al. Transformações socioespaciais ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. In: **Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos/ (Org.) Giovanni Blanco Sarquis**.- Belém: IPHAN, 2017..